



**EAESP**

**GV PESQUISA**

# **ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: EXPLORAÇÃO DA TEMÁTICA**

Relatório 01/2006

**MARIO AQUINO ALVES**

Não é permitido o uso das publicações do GVpesquisa para fins comerciais, de forma direta ou indireta, ou, ainda, para quaisquer finalidades que possam violar os direitos autorais aplicáveis. Ao utilizar este material, você estará se comprometendo com estes termos, como também com a responsabilidade de citar adequadamente a publicação em qualquer trabalho desenvolvido.

**Análise Crítica do Discurso: exploração da temática****Critical Discourse Analysis: exploring the theme**

**Resumo:** Este trabalho é uma extensa revisão bibliográfica para a criação de um quadro de referências sobre os temas “discurso” e “análise crítica do discurso”, para aplicação no campo dos estudos administrativos e organizacionais.

**Palavras-chave:** Discurso - Análise Crítica do Discurso - Ideologia.

**Abstract:** This work is a comprehensive bibliographical review arranged to create a referential frame on the themes “discourse” and “critical discourse analysis”, in order to be applied in the field of management and organization studies.

**Key words:** Discourse - Critical Discourse Analysis - Ideology.

**Mário Aquino Alves** é doutor e mestre em Administração de Empresas pela FGV/EAESP. É Bacharel em Administração Pública pela FGV/EAESP e Direito pela USP. É Professor Assistente na FGV/EAESP, onde ministra cursos sobre Teoria das Organizações e Comunicações. Seus interesses de pesquisa são as áreas de estudos organizacionais, organizações da sociedade civil e análise do discurso.

## INTRODUÇÃO

Embora não se possa afirmar que a Análise do Discurso seja uma metodologia – ou método – coesa e uniforme, pode-se considerar que o campo da Análise do Discurso está em franca ascensão, mesmo com as limitações e obstáculos que a metodologia impõe aos pesquisadores, e que a Análise Crítica do Discurso (ACD), é uma das mais afluentes possibilidades de pesquisa.

Dentre as produções acadêmicas que possuem como linha metodológica a Análise do Discurso, pode-se encontrar estudos sobre os aspectos ideológicos dentro de organizações, abordando temas como diversidade na dentro da polícia do Reino Unido que explora a resistência dos indivíduos à iniciativas de promoção da diversidade (DICK & CASSEL, 2002), outros estudos que seguem a mesma linha abordam a desigualdade de gêneros (BENSCHOP; DOOREWAARD, 1998).

Ainda dentro da análise das organizações, aborda-se em diversos trabalhos a influência do discurso dentro da *práxis* administrativa, assim encontramos diversas produções que abordam a criação dos discursos gerenciais (OSWICK; KENNOY; GRANT, 1997; THOMAS, 2003; COUPLAND, 2001; LANGLEY, 2000), e adiante o papel que os discursos desempenham na formação da organização (HOPKINSON, 2003; SILLINCE, 1999, DOOLIN, 2002).

Outra linha que também é seguida por quem adota a Análise do Discurso denota um uso mais prático do discurso para a empresa, a exemplo o trabalho realizado Palmer e Dunford (2002) que analisa como o discurso pode e foi usado para promover uma vantagem competitiva para a empresa.

Deve-se ressaltar que a grande maioria destes trabalhos foi realizada com base em um referencial teórico metodológico de Michel Foucault (1972, 1987, 1996), que é utilizado para Análises Críticas do Discurso, que consegue dar grande importância para os mecanismos de representação e, ao mesmo tempo, manter-se agnóstica às relações do que é representado e a realidade (McHOUL; CLEGG, 1987).

Este Relatório de Pesquisa é uma tentativa de estabelecer um quadro de referências para o desenvolvimento de pesquisas em Análise do Discurso, mais particularmente em Análise Crítica do Discurso, no campo de estudos das organizações. Assim, sendo, procedeu-se o seguinte caminho. Primeiro identificou-se o que é Análise do Discurso, diferentes tipologias e próprio conceito de discurso. Segundo, discorreu-se sobre a Linguística e o discurso, destacando os principais elementos lingüísticos do discurso (polifonia, dialogismo e intertextualidade, a criação de campos discursivos e a ligação do discurso com a ideologia. Terceiro, procurou-se apresentar o que é Análise Crítica do Discurso, destacando os desenvolvimentos que se podem fazer por este tipo de abordagem.

É necessário que se faça aqui o devido aos alunos Albert Felipe Mojzeszowicz e Caio Motta Luiz de Souza, auxiliares da pesquisa que culminou com este relatório, cujo trabalho de revisão bibliográfica e reflexão sobre os textos foi incorporado a este trabalho, especialmente nas classificações sobre Análise do Discurso e na discussão sobre o papel da ideologia no discurso. Além deles, o aluno Marcus Vinicius Peinado Gomes foi orientando de iniciação científica pelo GVPesquisa neste projeto, que culminou com o seu próprio relatório final: “AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO PAULO POR MEIO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: A 'EMANCIPAÇÃO DOS COOPERADOS’”. Seu grande esforço em compreender ACD e aplica-la a uma pesquisa empírica, bem como na participação das leituras, discussões e compilação dos textos, contribuiu muito para a criação deste referencial.

É a estes valorosos alunos que este trabalho é dedicado.

## ANÁLISE DO DISCURSO E O CONCEITO DE DISCURSO

Segundo Maingueneau (1993), a análise do discurso pode significar quase qualquer coisa, hoje em dia, uma vez que toda a produção de linguagem pode ser considerada *discurso*. Vários campos das ciências humanas utilizam a expressão, à qual têm acesso em função das disciplinas em que se apóiam vários campos e domínios interdisciplinares.

Em cada caso, evidentemente, a expressão *discurso* é modificada de acordo com as referências que faz à psicologia, à história, à filosofia, à antropologia etc. “Nestas condições, é compreensível que a noção da ‘análise do discurso’ se torne uma espécie de ‘coringa’ para um conjunto indeterminado de quadros teóricos” (MAINGUENEAU, 1993, p. 12).

No que diz respeito às diversas linhas de análise do discurso, Maingueneau (1993) classifica-as a partir de duas tradições regionais, como se vê no Quadro 1.

	<b>AD Francesa</b>	<b>AD Anglo-Saxã</b>
Tipo de Discurso	Escrito Quadro institucional doutrinário	Oral Conversação cotidiana comum
Objetivos determinados	Propósitos textuais Explicação – forma Construção do Objeto	Propósitos comunicacionais Descrição – uso Imanência do objeto
Método	“Estruturalismo” Linguística e História	Interacionismo Psicologia e Sociologia
Origem	Linguística	Antropologia

QUADRO 1: Comparação entre as Tradições em Análise do Discurso

Fonte: MAINGUENEAU, 1993, p. 16

Como se pode perceber, as duas tradições possuem visões bem distintas do que se pode chamar de análise do discurso: a escola francesa privilegia o texto escrito e a tradição estruturalista; a tradição anglo-saxã privilegia a oralidade, a sociologia de matriz interacionista e os estudos etnometodológicos.

Phillips e Hardy (2002) propõem uma tipologia baseada que se constrói a partir de dois eixos: um que distingue a ênfase no contexto da produção do discurso e a ênfase no texto; e outro eixo que distingue a ênfase na análise da construção do texto e outro na análise crítica do texto. Esta tipologia é mostrada na forma de um esquema (FIGURA 1), de onde ele irá retirar as linhas gerais que podem ser seguidas em uma análise de discurso.

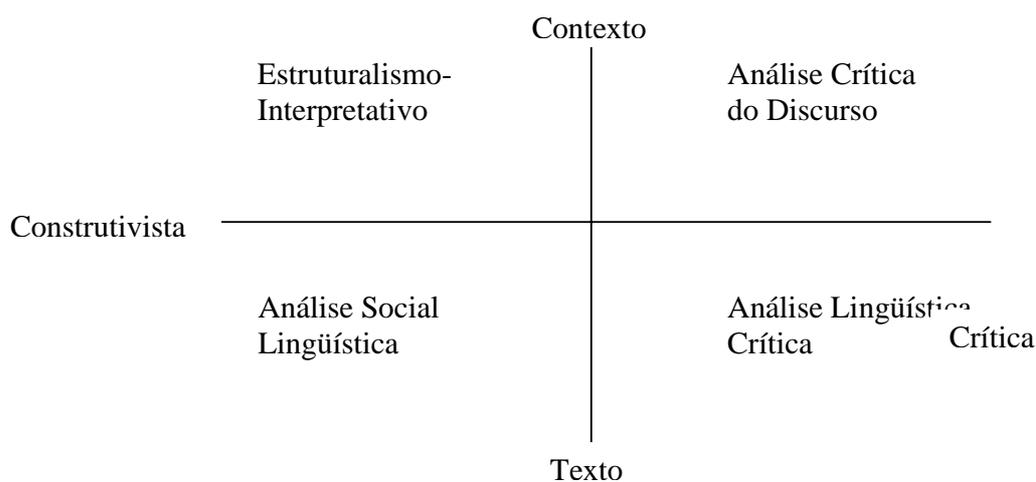


FIGURA 1: Uma Tipologia de Análise do Discurso

FONTE: Phillips e Hardy (2002)

A Análise Social Lingüística congrega estudos que se fazem a partir de uma leitura próxima do texto para fornecer *insights* sobre a sua organização e construção, e também para entender como textos trabalham para organizar e construir outros fenômenos. O Estruturalismo Interpretativo foca a análise do contexto social e o discurso que o mantém. Mesmo os textos fornecendo um grande subsídio a este estudo, a descrição do contexto toma lugar de destaque, uma vez que esta abordagem almeja estudar pontos que provoquem *insights* em um contexto mais amplo. A Análise Crítica do Discurso tenderia a compreender o contexto da produção do discurso individual de forma crítica. Por fim, a Análise Lingüística Crítica também foca textos individuais, mas com forte interesse na dinâmica do poder que envolve o texto. (PHILLIPS; HARDY, 2002)

Como se pode perceber, há diversas possibilidades de se entender análise do discurso e, inclusive, formas diferentes de criar tipologias. Mas, resta definir o que se entende por análise do discurso, mais precisamente, se é uma metodologia ou uma disciplina.

Maingueneau (2000) prefere definir a análise do discurso como a disciplina que visa a articular enunciação do discurso sobre um lugar social. Ela se relaciona, assim, com os tipos de discurso que são praticados nos diversos setores do espaço social ou nos chamados *campos discursivos*.

Para Phillips e Hardy (2002), a análise do discurso é a exploração das relações entre discurso e realidade. “Sem o discurso não há realidade social, e sem entender o discurso, nós não podemos entender nossa realidade, nossas experiências, ou nós mesmos” (PHILLIPS; HARDY, 2002, p.2). Ainda segundo esses autores, a análise do discurso explora como os textos são feitos carregando significados através dos processos sociais e também como eles contribuem para a constituição da realidade social fazendo significados. Os textos podem ser considerados uma unidade discursiva e uma manifestação material do discurso. Textos podem ter uma grande variedade de formas, incluindo textos escritos, palavras ditas, fotos, símbolos, artefatos, entre outras. Os textos não tem significância individualmente: somente com a natureza de sua produção, disseminação, e consumo e que eles se tornam significantes.

Assim sendo, a análise do discurso é – simultaneamente – método e metodologia. (PHILLIPS; HARDY, 2002). As abordagens qualitativas tradicionais comumente assumem um mundo social e, a partir daí procuram entender, o significado deste mundo para os participantes. A Análise do Discurso, por outro lado, tenta explorar como as idéias e objetos socialmente produzidos que existem no mundo foram criados e como eles se mantêm ao longo do tempo. “Enquanto outras metodologias qualitativas trabalham para entender ou interpretar a realidade social como ela existe, a Análise do Discurso busca desmascarar a forma em que ela é produzida” (PHILLIPS; HARDY, 2002, p.6).

### O Conceito de Discurso

O termo *discurso* apresenta três conotações distintas (DUBOIS, 1995):

1. Discurso é a linguagem posta em ação, a língua assumida pelo falante, sendo, portanto, sinônimo de fala.
2. Discurso é uma unidade igual ou superior à frase; é constituído por uma seqüência que forma uma mensagem com um começo, um meio e um fim, sendo, portanto, sinônimo de enunciado.
3. Segundo a lingüística moderna, o termo *discurso* diz respeito a qualquer enunciado – ou seja, “*toda combinatória de elementos lingüísticos provida de sentido*” (FIORIN, 1993, p.80) – superior à frase, considerado do ponto de vista das regras de encadeamento das seqüências de frases.

Antes do desenvolvimento das formas contemporâneas de análise do discurso, somente do ponto de vista lingüístico é que o discurso podia ser considerado sinônimo de enunciado (fala). A oposição enunciado/discurso marcava simplesmente a oposição entre lingüístico e extralingüístico. A lingüística incidia apenas sobre os enunciados que, reagrupados em um *corpus*, ofereciam-se à análise. As regras do discurso – isto é, o estudo dos processos discursivos que justificam o encadeamento das seqüências de frases – eram remetidas a outros modelos e a outros métodos, em particular a toda perspectiva que levasse em consideração o falante, como a psicanálise.

Foi Émile Benveniste que conduziu o discurso para o campo da lingüística (GRUMBACH, 1983). Segundo o autor francês, a frase, unidade lingüística, não mantém com as outras frases as mesmas relações que as unidades lingüísticas de um outro nível mantém entre si. As frases não constituem uma classe formal de unidades que se opõem entre si. Com a frase, deixa-se o domínio da língua como sistema de signos; o domínio abordado é o do discurso, em que a língua funciona como instrumento de comunicação. É nesse domínio que a frase, deixando de ser um último termo, torna-se uma unidade: a frase é a unidade do discurso (GRUMBACH, 1983).

---

Mas Benveniste foi além, dando um outro enfoque para o discurso quando opôs a narrativa (ou história) e o discurso. Para o autor, a narrativa representa o grau zero da enunciação, já que neste domínio, tudo se passa como se não existisse nenhum falante, onde os acontecimentos parecem ter vida própria. Já o discurso é caracterizado por uma enunciação que supõe um locutor e um ouvinte, em outras palavras, um emissor e um receptor e, pela vontade, no emissor, de influenciar seu receptor (GRUMBACH, 1983). Se a narrativa é caracterizada pela ausência de um sujeito (enunciados na terceira pessoa), o discurso é justamente caracterizado pela presença de sujeitos (enunciados em primeira pessoa e em segunda pessoa) (GRUMBACH, 1983).

Portanto, o discurso pode ser entendido como um enunciado cuja função é fazer com que o receptor reaja da maneira esperada pelo emissor.

## A LINGÜÍSTICA E O DISCURSO

A linguagem pode ser definida primeiramente, como um sistema de sinais vocais (BERGER e LUCKMANN, 1985). Esse sistema encontra seu fundamento na capacidade inerente do corpo humano de expressividade vocal. Apesar disto, embora certas expressões verbais (urro, grunhido, grito, assobio etc.) possam ser integradas a um ou vários sistemas de objetivação, eles não constituem a linguagem. O que a caracteriza é o fato de que as objetivações que ela mantém sejam resultado de um processo de significação lingüística. O destaque da linguagem consiste muito mais fundamentalmente em sua capacidade de comunicar significados que não são expressões diretas da subjetividade instantânea. Dessa forma, a linguagem se torna capaz de armazenar objetivamente uma quantidade praticamente infinita de significados e experiências que vão sendo preservadas e transmitidas de gerações a gerações.

A linguagem, portanto, tem origem na própria vida cotidiana, referindo-se, sobretudo à realidade experimentada na consciência em estado de vigília, dominada por motivos pragmáticos (aglomerados de significados diretamente referentes a ações presentes ou futuras) que são partilhados com outros indivíduos. “Embora a linguagem possa também ser empregada para se referir a outras realidades [...] conserva assim mesmo seu arraigamento na realidade do senso comum da vida diária”. (BERGER e LUCKMANN, 1985, p.58)

Mesmo estando imersa na vida cotidiana, a linguagem pode transcender completamente a essa realidade. Ela tem a capacidade de se referir a experiências de áreas limitadas de significação e abarcar esferas da realidade separada.

A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo (...) A linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também de ‘fazer retornar’ estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana. Desta maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade. Vivo em um mundo de sinais e símbolos todos os dias. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.61).

Ocorre que a linguagem não opera como algo neutro, auto-referenciado, mas como um sistema simbólico que é uma forma de poder num certo campo social (BOURDIEU, 1989). Os sistemas simbólicos – dentre os quais a linguagem é o sistema mais do que primordial – funcionam como sistemas de dominação, uma vez que as relações de comunicação produzidas na linguagem e pela linguagem são relações de poder que dependem em forma e conteúdo do poder material ou simbólico acumulado pelos diversos agentes do campo social; além disso, têm uma função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, uma vez que são estruturas estruturadas (BOURDIEU, 1989).

A linguagem cria campos semânticos ou zonas de significação lingüisticamente circunscritas. O vocabulário, a gramática e a sintaxe estão engrenados na organização desses campos semânticos. Assim, a linguagem constrói esquemas de classificação para diferenciar os objetos ‘em gênero’ ou em número; formas para realizar enunciados da ação por oposição a enunciados do ser; modos de indicar graus de intimidade social etc.

Uma vez que a linguagem cria símbolos, esses precisam ser interpretados coletivamente por aqueles que habitam um mesmo ambiente social, para a realidade compartilhada tenha algum sentido.

A Lingüística, cujo objeto de análise é a linguagem, tem por objetivo “a formulação de um modelo de descrição desse instrumento através do qual o homem informa seus atos, vontades, sentimentos, emoções e projetos” (COELHO NETTO, 1980, p.15).

A Teoria Lingüística passou inúmeros estágios de desenvolvimento, ficando restrita, durante muito tempo, ao estudo das chamadas línguas naturais. Foi com o suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) que a lingüística partiu para uma dimensão mais generalista, aplicando-se aos mais diferentes domínios da atividade humana, em especial à comunicação.

Saussure imaginou a existência de uma disciplina que estudaria os signos no meio da vida social, o que validaria sua penetração em outros campos de estudo da atividade humana. Essa ciência, que ele acreditava ser parte da psicologia social, recebeu a denominação de Semiologia, uma ciência geral de todos os sistemas de signos, por meio dos quais se

estabelece a comunicação entre os homens. Da Semiologia, “a lingüística não é senão uma parte desta ciência geral” (SAUSSURE, 1974, p.24). Mas, pode-se dizer que é uma parte privilegiada, já que vai fornecer um modelo de análise e interpretação aplicável às outras partes da Semiologia.

### **A dualidade entre língua e fala**

Dentre as inúmeras contribuições de Saussure aos estudos da linguagem humana, uma das que mais mereceram destaque junto aos pesquisadores da comunicação humana foi justamente o desenvolvimento conceitual da dicotomia Língua/Fala. Segundo o estudioso suíço, a linguagem apresenta uma natureza multiforme e heteróclita, não podendo ser considerada isoladamente, uma vez que participa simultaneamente do físico, do fisiológico e do psíquico, do individual e do social o que, de certa forma, faz com que se torne aparentemente inclassificável (SAUSSURE,1974). Ocorre que essa aparente desordem acaba quando, desta “massa desregrada”, é extraído

...um conjunto sistemático de convenções necessárias à comunicação, indiferente à matéria dos sinais que o compõem, e que é a **língua**, diante do que a **fala** recobre a parte puramente individual da linguagem. (BARTHES, 1971, p.17)

Originada nas necessidades humanas de comunicação, a língua é, portanto, uma instituição social e um sistema de valores ao mesmo tempo (BARTHES, 1971). Sendo um sistema de valores, a língua é constituída por um pequeno número de elementos – signos – que funcionam como meio de troca entre outros valores correlatos.

A língua é um sistema de valores contratuais (em parte arbitrários, ou, para ser mais exato, imotivados) que resiste às modificações do indivíduo sozinho e que, conseqüentemente, é uma instituição social. (BARTHES, 1971, p.18)

Já a fala seria um ato individual de seleção e atualização, que é constituída por: combinações – graças às quais o ser falante pode utilizar o código da língua visando expressar seu próprio pensamento – e mecanismos psicofísicos que permitem a exteriorização das combinações.

O aspecto combinatório da Fala é evidentemente capital, pois implica que a Fala se constitui pelo retorno de signos idênticos: é porque os signos se repetem de um discurso a outro e num mesmo

discurso (embora combinados segundo a diversidade infinita das palavras) que cada signo se torna um elemento da língua; é porque a Fala é essencialmente uma combinatória que corresponde a um ato individual e não uma criação pura. (BARTHES, 1971, p.19)

Levando em consideração a dicotomia proposta por Saussure, o lingüista russo Mikhail Bakhtin (1979) aceitou o princípio de que a língua é um fato social, cuja existência está calcada nas necessidades de comunicação entre os homens. Mas, acreditava que a fala é fruto da manifestação individual de cada falante. Procurou formular uma teoria do enunciado, portanto, atribuindo um lugar privilegiado à enunciação enquanto realidade da linguagem. Segundo ele, “a matéria lingüística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte, não-verbal, que corresponde ao contexto da enunciação” (BRANDÃO, 1994, p.9).

Isso significa dizer que não só a língua deve ser tratada pela Lingüística, mas também a fala – ou enunciado. Mais ainda, o enunciado não é apenas um dos objetos de estudo da linguagem, mas o componente necessário para a compreensão e a explicação da estrutura semântica de qualquer forma de comunicação verbal. Cada ato de enunciação corresponde à realização da intersubjetividade humana.

*Língua e fala* são, portanto, conceitos que só podem ser compreendidos enquanto relação dialética, já que um existe língua sem fala e tão pouco existe fala abstraída da língua. Só podemos usar a fala quando a retiramos da língua. Por outro lado, a existência da língua só é possível a partir da fala: os fatos de fala antecedem, historicamente, os fatos de língua, uma vez que a fala é que faz a língua evoluir; o sujeito aprende a língua – e essa se torna parte de sua realidade objetiva – por meio da fala, durante seu processo de socialização (BERGER; LUCKMANN, 1986). Portanto, a língua é, simultaneamente, produto e instrumento da fala, caracterizando uma verdadeira dialética (BAKHTIN, 1979).

A concepção acima revela as relações entre o lingüístico e o social. O processo entre a elaboração mental do conteúdo a ser externalizado à sua real objetivação – a fala – tem o seu conteúdo orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato de comunicação e, principalmente, aos interlocutores.

A discussão das idéias dos autores citados nessa parte do texto permite afirmar, portanto, que a realidade social é uma construção humana e a linguagem é um sistema simbólico importante nesse processo de construção.

### **O Discurso**

Nas páginas anteriores apresentou-se como os estudos lingüísticos foram, aos poucos, reconhecendo o caráter dual constitutivo da linguagem, ou seja, caráter que tem a linguagem e que a faz, ao mesmo tempo, formal e atravessada por perspectivas subjetivas e sociais. Tal enfoque permitiu que a Lingüística deslocasse seus estudos, e passasse a poder descrever o fenômeno da linguagem a partir de outras perspectivas e não mais, apenas, exclusivamente, a partir da língua. A linguagem, assim, deixou de ser um sistema ideologicamente neutro – e pôde afinal ser descrita a partir de um pólo externo à dicotomia *saussuriana* entre língua e fala.

Isso significa dizer que, naqueles estudos, estabeleceu-se uma instância a partir da qual se pode operar uma ligação indispensável entre o nível propriamente lingüístico e o extralingüístico, dado que, nesses modelos e nessas novas teorias e estudos, estabeleceu-se um ponto – mais, a rigor, um *plano* – em que se articulam os processos ideológicos e os fenômenos lingüísticos. Esse ponto de articulação é o *discurso*.

Nesta parte, apresentar-se-ão alguns dos conceitos mais amplamente aceitos na área, sobre o que seja *análise do discurso*, para, depois, discutir o conceito de *discurso* e as várias noções que estão envolvidas nesse conceito.

### **Polifonia e dialogismo**

Bakhtin (1979) foi um dos maiores críticos do objetivismo de Saussure quando o mesmo defendia a separação entre a lingüístico e aquilo que considerava como o extralingüístico. Segundo Bakhtin, Saussure, tratando a língua como um fenômeno estanque, entende a questão lingüística de forma monológica. Para o pensador russo, pelo contrário, a verdadeira substância da língua é constituída “pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* e das *enunciações*” (BAKHTIN, 1979, p. 109).

Portanto, para Bakhtin, o ser humano só pode ser compreendido em sua relação com o outro. E isso vale para os “produtos” da sua interação. Portanto, a tese saussuriana da separação língua/fala, como já havia mencionado anteriormente, não se sustenta. Desta forma, pode se argüir que as palavras não são monológicas, mas *dialógicas* (BAKHTIN, 1979), ou seja, incorporam em seus significados lógicas de diferentes campos, não apenas do campo lingüístico.

Quanto ao dialogismo, esse traço é apresentado como a condição constitutiva dos sentidos dos enunciados lingüísticos. E foi a partir da noção de dialogismo que Bakhtin conseguiu elaborar sua teoria da polifonia (BAKHTIN, 1979).

Na obra *Problemas da Poética de Dostoievski* (BAKHTIN, 1981), o lingüista russo traçou uma distinção entre duas categorias de textos. A primeira categoria se refere aos textos que – principalmente da literatura popular – apresentam uma conotação carnavalesca, ou seja, que o autor parece vestir uma série de “máscaras” diferentes. Esses são os chamados textos polifônicos, nos quais cada “máscara” corresponde a uma voz e todas as vozes “falam” ao mesmo tempo, sem que haja a preponderância de uma das vozes. A segunda categoria se refere aos textos que – principalmente os chamados textos dogmáticos – apenas uma voz fala: são textos monológicos, nos quais mesmo que haja várias consciências presentes, essas são obra do narrador (um grande exemplo é o monólogo de Hamlet, na peça homônima de Sheakespeare).

Os textos monológicos negam qualquer existência fora de si próprios; não há alteridade. Para Bakhtin, a dialogização do discurso tem uma dupla orientação: “uma voltada para os ‘outros discursos’ como processos constitutivos do discurso, outra voltada para o outro da interlocução”. (BRANDÃO, 1994, p. 53).

Na primeira orientação, a palavra é “pluriacentuada”: vários acentos contraditórios se cruzam no seu interior e o seu sentido é constituído pelo e no entrecruzamento. Isto significa dizer que o enunciado em um discurso dialógico se constrói em um emaranhado

de “fios dialógicos vivos”, ou seja, outros discursos que, intertextualmente, se localizam no interior do próprio discurso. “O discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes entrecruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias”. (BRANDÃO, 1994, p. 53).

Na segunda orientação, voltada para o destinatário, a interlocução é um fator específico para que o discurso se torne dialógico, uma vez que todo discurso depende da relação bivocal entre emissor e receptor. No momento do enunciado, o locutor inicia um “diálogo” com o discurso do receptor, que não é apenas um mero decodificador, mas um agente ativo capaz de proferir um “contradiscurso”, mesmo que esse discurso ainda não tenha sido dito ou esteja oculto.

Com Oswald Ducrot, o conceito de polifonia ressurge na Lingüística mais recentemente (BRANDÃO, 1994). Embora para o presente trabalho, Bakhtin tenha uma importância superlativa, Ducrot oferece alguns elementos de grande importância para a compreensão da polifonia.

Ducrot demonstra como, num mesmo enunciado isolado, pode-se detectar mais de um falante, contestando o que se entendia na Lingüística por unicidade do sujeito falante. Pela tese da unicidade do sujeito falante, o sujeito possui três propriedades (DUCROT, 1987):

1. Ele é o encarregado de toda atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado.
2. Ele é o autor, a origem dos atos ilocutórios executados na produção do enunciado (ordens, perguntas, asserções etc).
3. Ele é designado pelas marcas da primeira pessoa quando elas designam um ser extralingüístico; ele é, portanto, a base de sustentação dos processos através de um verbo cujo sujeito é eu, o proprietário dos objetos qualificados de meus, é ele que se encontra no lugar chamado aqui.

Dessa forma, a teoria polifônica parte do pressuposto de que o sentido do enunciado é uma descrição de sua enunciação e, para essa descrição, o enunciado oferece indicações. Dentre

as indicações fundamentais que o enunciado traz inscritas em seu sentido, estão aquelas sobre o autor – ou autores – eventual da enunciação.

A tese do lingüista francês abriga duas idéias centrais (DUCROT, 1987): a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem; e a necessidade de se distinguir entre esses sujeitos pelo menos dois tipos de personagens: locutores e enunciadores.

A teoria se desenvolve a partir do primeiro elemento dos seguintes pares em oposição: locutor/alocutário; enunciador/enunciatário e falante/ouvinte. Busca-se, então, conceber duas distinções.

A primeira distinção é aquela que se faz entre locutor e falante. O locutor é o ser responsável pelo dizer, mas não é um ser no mundo, já que se trata de uma ficção discursiva. O falante – aquele que vemos e identificamos empiricamente – é a fonte do discurso. Referem-se a ele o pronome eu e outras marcas da primeira pessoa. O locutor se distingue do sujeito falante empírico (produtor efetivo do enunciado e exterior ao seu sentido) da mesma forma que o narrador se distingue do autor de um romance. O narrador é um ser fictício, interior à narrativa; o locutor é um ser do discurso que, pertencendo ao sentido do enunciado, está inscrito na descrição que o enunciado dá de sua enunciação.

Na segunda distinção, o enunciador é apresentado de forma distinta tanto do locutor quanto do sujeito falante. A figura da enunciação representa a pessoa de cujo ponto de vista os acontecimentos são apresentados. Se o locutor é aquele que fala, que conta, o enunciador é aquele que vê, é o lugar de onde se olha sem que lhes sejam atribuídas palavras precisas.

Chamo enunciadores os seres que se expressam através da enunciação, sem que, no entanto, lhes sejam atribuídas palavras precisas. Se eles falam é apenas no sentido de que a enunciação é vista como exprimindo seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas falas. (DUCROT, 1987, p. 204)

Existe a polifonia quando, em um mesmo enunciado podem ser distinguidos múltiplos enunciadores ou locutores. A polifonia, portanto, é um fenômeno que pode ocorrer tanto para o locutor quanto para o enunciador.

A polifonia apresenta-se ainda em casos de dupla enunciação, como na ironia e na negação. Um enunciado irônico faz ouvir uma voz “diferente” da do locutor. O locutor assume as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam. Na negação, a maior parte dos enunciados é analisável como o choque de duas posições antagônicas, atribuídas a dois enunciadores diferentes.

### **Intertextualidade, interdiscursividade e formação discursiva**

Existe uma certa discordância entre os lingüistas sobre a existência de uma diferença entre os fenômenos da intertextualidade e da interdiscursividade, diferença que só se pode explicar ao se estabelecer alguma diferenciação entre *discurso* e *texto*.

O discurso é todo enunciado que apresenta um locutor tentando influenciar um ouvinte. Já o texto corresponde “ao conjunto dos enunciados lingüísticos submetidos à análise: o texto é a amostra do comportamento lingüístico que pode ser escrito ou falado” (DUBOIS et alli, 1995, p. 586).

Ocorre que, de acordo com o postulado da “sensatez da mensagem” (LOPES, 1978), todo discurso tem um sentido, mas não um sentido imanente – de outra forma, não seria necessário interpretá-lo. O fato de que, para captar o sentido do discurso, é preciso interpretá-lo, significa que, pelo menos, o sentido do discurso está fora dele, situando-se num espaço que o transcende que é o texto. Portanto, não se pode dizer que todo texto é um discurso, mas, com certeza, todo discurso é um texto. Se o discurso é texto, então, não cabe falar em interdiscursividade, mas apenas em intertextualidade. De qualquer forma, o leitor deve estar informado que muitos lingüistas fazem essa diferença e que, portanto, existe uma boa parte da literatura que diferencia interdiscursividade e intertextualidade.

Para fins desse trabalho, os termos *intertextualidade* e *interdiscursividade* serão entendidos como intercambiáveis. Mas, então, o que vem a ser intertextualidade?

A intertextualidade é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para

transformá-lo. Há de haver três processos de intertextualidade: a citação, a alusão e a estilização. (FIORIN, 1994, p.30)

No processo de citação, o sentido do texto mencionado pode ser confirmado ou alterado. Por exemplo, se alguém escreve: “Machado de Assis dizia sobre a importância da vitória no campo de batalha: ‘Ao vencedor, as batatas!’”, está fazendo uma citação do texto *Quincas Borba* de Machado de Assis.

Já no processo de alusão não se citam palavras (todas ou quase todas), mas são reproduzidas as construções sintáticas em que certas figuras são substituídas por outras, sendo que todas mantêm relações hiperonímicas com o mesmo hiperônimo ou são figurativizações do mesmo tema. Um exemplo de alusão é a frase de Oswald de *Andrade* “*tupi or not tupi*”, onde o escritor faz uma alusão à famosa frase do solilóquio de Hamlet, “*to be or not to be*”, de William Shakespeare. Nesta alusão, o escritor brasileiro se refere não somente a estrutura afirmação/negação do texto inglês, mas também a sua sonoridade.

Por fim, há o processo de estilização, que nada mais é do que a reprodução do conjunto de procedimentos do “discurso de outrem”, isto é, do estilo de outra pessoa. Estilos devem ser entendidos como o conjunto das recorrências formais tanto no plano da expressão quanto no plano do conteúdo manifesto que produzem um efeito de sentido de individualização. Um exemplo de estilização do discurso na literatura brasileira é o épico “*Caramuru*” do Frei José de Santa Rita Durão, no qual o autor praticamente reproduz a estrutura de “*Os Lusíadas*” de autoria do escritor português Luís de Camões.

### **O dito, o não-dito e o silêncio**

Parece evidente que universos simbólicos e seus significados sejam formados por mecanismos lingüísticos aparentes, ou seja, por aquilo que é verbalizado, pelo que é escrito, pelo que é dito. Ocorre, porém, também o que não é dito tem uma importância fundamental na construção dos significados. O conteúdo não-dito tem sido objeto de análise de alguns lingüistas, destacando-se o trabalho de Oswald Ducrot (1987).

No seu trabalho, Ducrot procurou fazer uma diferenciação entre o pressuposto e o subentendido. Em uma frase como “o carro parou”, existe um pressuposto (não-dito) de que o carro estava em movimento, uma vez que o carro não poderia parar se não estivesse em movimento. Portanto, aquilo que é posto (o dito) traz consigo necessariamente um pressuposto (não-dito). Mas, por que motivo “o carro parou?”. O que fez o carro parar é o subentendido (não-dito). Não se tem certeza dos motivos da parada do carro. Tudo vai depender do contexto.

Há outra forma de tratar o não-dito na análise do discurso. É o caminho sugerido por Orlandi (1993), ao discutir o *silêncio*. Diferentemente do que se imagina, o silêncio – que muitas vezes pode ser confundido com a ausência de palavras – não é o momento da não significação. Para Orlandi (1993), o silêncio também pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido.

O silêncio pode ser compreendido, assim, também como a iminência de sentido. Essa é uma das formas de silêncio, que a pesquisadora Eni Orlandi (1993) chama de *silêncio fundador*: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro. Nas formas discursivas irônicas, por exemplo, expressões de ambigüidade são silêncios fundadores.

Mas o silêncio não se limita ao caráter fundador. Há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, “que ‘falam’ por elas, que as calam” (ORLANDI, 1999, p. 83). Existe o silenciamento (ou política do silêncio) que se divide em: silêncio constitutivo e o silêncio local. No silêncio constitutivo, utiliza-se uma palavra ou expressão no lugar de outra. Por exemplo, dizer “não culpado” significa não dizer “inocente”. Já o silêncio local é a censura, a proibição de dizer em uma certa conjuntura. “É o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba, mas porque não se pode dizê-lo”. (ORLANDI, 1999, p. 83).

As palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio. esse atravessar corresponde ao momento de interdiscursividade de um discurso. No caso de uma

narrativa, é o ponto de inflexão da mesma, ou seja, o ponto onde a narrativa sofre a sua transformação, onde ela cria novos sentidos, gera nova narrativa. O trabalho do silêncio se situa justamente nos *efeitos de sentido*.

Falar em “efeitos de sentido” é, pois aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre os diferentes sentidos. Daí a necessidade do equívoco, do sem-sentido, do sentido do outro e, conseqüentemente, do investimento em “um” sentido. (ORLANDI, 1993, pp.21-2)

O silêncio possui uma dimensão política interessante para a sua compreensão. Se é pelo silêncio que se pode compreender a mudança de sentido de um discurso (ou de uma narrativa), e como se sabe, o discurso é também *práxis*, o silêncio carrega um potencial estratégico para a ação. Pode-se dizer, portanto, que o silêncio é, também, uma estratégia.

A *estratégia de silêncio* fica bastante evidenciada quando se analisa as distinções que Lyotard (1983) propõe para o silêncio. Partindo de uma concepção negativa do silêncio, diz que o silêncio substitui uma negativa. E, o que o silêncio nega seria uma das quatro instâncias que constituem um universo de frases: o destinatário, o referente, o sentido e o emissor. Dessa maneira, o silêncio em um discurso seria entendido da seguinte forma: este assunto não é do seu interesse; este assunto não existe; este assunto não tem significado algum; esse caso não é do meu (emissor) interesse.

Todas essas instâncias dizem respeito a uma estratégia discursiva de inclusão ou exclusão de sujeitos e sentidos em um discurso. Portanto, sua formulação é constitutivamente política.

Os conceitos de *locutor* e de *enunciador* constituem, portanto, instrumentos muito importantes para a análise do discurso. Por meio deles, sabe-se que o discurso não é falado por uma única voz, mas por várias vozes que emitem diversos enunciados que, submetidos à análise, tornam-se *textos*.

Nos processos de intertextualidade, o discurso estabelece sua relação com os demais discursos de forma contratual ou de polêmica: na forma contratual, existe a afirmação de

um discurso pelo outro; já na forma polêmica o que existe é uma negação de discursos. Na primeira, se estabelece uma aliança e, na segunda, uma oposição.

Para entender ainda mais o caráter polêmico dos discursos, deve-se observar a questão das formações discursivas e do campo discursivo.

### **Campo Discursivo**

Os discursos não são autóctones, mas, são formados a partir de uma relação complementar ou concorrencial entre si. Essa relação é compreendida a partir do conceito de formação discursiva.

O conceito de formação discursiva foi delineado por Michel Foucault (1972) em *Arqueologia do Saber*, com o intuito de designar conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas. Embora Foucault procurasse se afastar de conceitos como “ciência”, “teoria” e “ideologia”, a tradição francesa de Análise do Discurso incorporou o termo, associando-o diretamente a formações ideológicas.

Partindo do conceito de formação discursiva, Maingueneau (1993) propõe que os mesmos sejam identificados espacialmente em: *universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo*.

Por universo discursivo entende-se o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem em uma certa conjuntura. Nenhum tipo de análise do discurso consegue recuperar a totalidade das formações discursivas existentes em um universo discursivo, muito embora as mesmas tenham um número finito. Por esse motivo, faz-se necessário um recorte mais limitado que corresponde ao campo discursivo.

O “campo discursivo” é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. O recorte de tais campos deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma partição espontânea do universo discursivo.(MAINGUENEAU, 1993, pp. 116-7)

Dentro de um campo discursivo encontram-se “espaços discursivos”. Os “espaços discursivos” são subconjuntos do campo discursivo. Em cada espaço discursivo há pelo menos duas formações discursivas que mantêm relações privilegiadas, de extrema importância para que se compreendam os discursos que, adiante, serão analisados.

Os espaços discursivos são definidos não porque sejam definidos como “naturais”, mas por uma decisão do pesquisador em função de seu objeto de estudo. Os espaços discursivos são recortados

(...) porque uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas oposições são fundamentais, outras não desempenham diretamente um papel essencial na constituição e preservação da formação discursiva considerada. (MAINGUENEAU, 1993, p. 117)

Assim como os discursos se definem na relação com outros discursos (ditos e não-ditos), nenhum campo discursivo existe isoladamente, havendo trocas dentro de um universo discursivo. Usando a linguagem dos campos sociais, dizemos que os campos discursivos estabelecem *homologias* com outros campos discursivos, e também com outros campos sociais. Essa característica relacional que se pode descrever entre os campos nem sempre é explorada por aqueles que trabalham com análise do discurso. Esses “analistas” preferem analisar os discursos considerados dentro dos limites dos próprios campos, o que não usa todo o potencial da teoria e acaba por empobrecer a análise do discurso.

Definidas as idéias de *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*, pode-se melhor compreender as inter-relações entre os discursos, em especial a chamada *relação polêmica*.

Uma formação discursiva opõe dois conjuntos de categorias semânticas, as reivindicadas (chamemo-las de ‘positivas’) e as recusadas (as ‘negativas’). (MAINGUENEAU, 1993, p. 122).

Um discurso só pode relacionar-se com um outro discurso do mesmo espaço discursivo por meio de um simulacro construído a partir deste outro discurso: não há relação direta entre esses discursos, mas mediada por esse simulacro. Ao discurso que se encontra na posição de “tradutor” dá-se o nome de *discurso agente*. Já ao discurso que é traduzido dá-se o nome

de *discurso paciente*. Numa relação polêmica, há alternância constante dos papéis de agente e paciente.

Os discursos constroem simultaneamente suas identidades e suas relações com os outros discursos, os quais, por sua vez, permitem que essas relações se estabeleçam. Isso se afirma porque as relações de intertextualidade são constitutivas, ou seja, atribuem sentido aos discursos. Daí que, se, pelo menos aparentemente, um discurso mostra-se indiferente ao outro se pode supor que, do ponto de vista semântico, seja importante para esse discurso que ele seja denegado no seu próprio campo e que, ao mesmo tempo, de algum modo, ele “se impeça” de desenvolver-se fora daquele campo.

É o que se pode observar quando se analisa, por exemplo, o discurso dos defensores da pena de morte, em oposição ao discurso dos defensores dos direitos humanos: numa leitura superficial, os dois discursos podem ser descritos como contraditórios, dado que, à primeira vista, constroem-se em espaços discursivos diferentes e, portanto, são incompatíveis ou “incomparáveis”. Afinal de contas, os defensores da pena de morte são associados à defesa de um Estado forte, mais autoritário; por sua vez, o discurso dos defensores dos direitos humanos, construído em outro campo, pode ser descrito como relacionado à defesa da democracia e do humanismo. Em todos os casos, contudo, tudo dependerá sempre do modo como cada um desses discursos se construa: haverá um tipo determinado de construção se qualquer dos dois discursos “desejar” ser descrito apenas dentro de seu campo original e haverá *outros* tipos determinados de construção, no caso de qualquer dos dois discursos “desejar”, “aspirar” ou, até, “admitir” que se o descrevam num plano superior de descrição, no qual se possam, sim, comparar os dois tipos de discurso.

Pode-se pensar, assim, em dois grupos de enunciadores, de cada lado dessa oposição: haverá enunciadores do discurso da pena de morte aos quais não interessará, como estratégia discursiva, que seu discurso seja “comparável” ao do campo semântico “superior” (onde é possível discutir a pena de morte sob a ótica dos direitos humanos); e pode-se pensar, portanto, que, correspondentemente, haverá enunciadores do discurso da pena de morte aos quais, sim, interessará fazê-lo. A cada um desses grupos corresponderá,

portanto, uma específica construção discursiva que, ao mesmo tempo, conforme variem os “interesses” de cada grupo, impeça as “comparações” não desejadas e favoreça as comparações desejadas ou, claro, as que se deve “impedir” e as que se pode “admitir”.

Por aí se explica também, também, por exemplo, as inúmeras variantes que se constata nos projetos de lei no Congresso Nacional, mesmo que, no geral, todas estejam “pedindo” que se organize um plebiscito para discutir a adoção da pena de morte no Brasil. Em alguns casos, haverá projetos inaceitáveis para um ou outro grupo, sobretudo nos casos “radicais” em que as construções discursivas “anulem” uma ou outra diferença essencial – e a correspondente relação polêmica – que, é claro, tem sempre de ser preservada, por um ou outro grupo, porque é nela que se encontra a possibilidade de o grupo existir e manter-se como tal. Para os humanistas, por exemplo, nenhuma proposta será “discutível” se, nela, não se preservarem os valores da democracia e os direitos humanos; pela mesma relação, os defensores do Estado forte “não podem” discutir senão as propostas cuja construção discursiva preserve esses valores. Por outro lado, a discussão corre o risco de se tornar totalmente irrelevante se, a custo de aparar “todas as arestas”, para continuar os debates, todos os grupos facilmente aceitassem abrir mãos de todas as diferenças relevantes. Nos dois casos, chegar-se-ia a um impasse.

A situação acima representa uma modalidade exemplar de dialogismo, dissecada, de fato, até quase o impasse absoluto, risco que Maingueneau claramente percebe, também no seu campo de pesquisa. “Mas não haveria algum perigo em diluir dessa forma a diferença usual entre polêmico e não-polêmico, em proveito de uma interdiscursividade generalizada?” (MAINGUENEAU, 1993, p. 123)

Sim, isto é possível, principalmente se o pesquisador não tomar o cuidado devido de compreender o tipo de dialogismo que está lidando. Existem dois níveis de dialogismo: o dialogismo constitutivo, que define as condições de possibilidade de uma formação discursiva no interior de um espaço discursivo e; o dialogismo mostrado (diálogo polêmico), que é a interdiscursividade manifestada (MAINGUENEAU, 1993).

O dialogismo polêmico mostrado é importante para o analista de discurso porque considera assuntos de controvérsia. Controvérsias normalmente ocorrem sobre alguns pontos que podemos chamar de pontos-chave, deixando uma zona sombria entre os mesmos.

Os assuntos de controvérsia são previamente levantados em dois domínios: as zonas que já foram objeto de ataques e aquelas que ainda não foram debatidas. No primeiro domínio, o discurso filtra entre os enunciados contra ele dirigidos, os temas aos quais lhe parece impossível não responder; no segundo ele define pontos que, no conjunto dos textos do adversário, lhe parecem particularmente importantes. (MAINGUENEAU, 1993, p. 124)

O que se deve evitar, porém, é imaginar que o discurso pode se reduzir apenas a alguns pontos chave. Apesar de sua importância, a palavra não pode ser descontextualizada, ela deve ser analisada não somente no seu processo de semiose lingüística, mas também de como ela é explorada em um debate e também como esse próprio debate é produzido. Mais ainda, a interdiscursividade possui uma grande diversidade de dimensões, que podem estar todas implicadas nesse mesmo debate.

Toda polêmica não é estabelecida imediatamente. Ela se legitima aparecendo como repetição de outras que acabam definindo uma “memória polêmica” de uma formação discursiva.

As diversas memórias polêmicas recorrem a um tesouro cujas linhas de partilha são incessantemente deslocadas. Quando um discurso novo emerge, ele faz emergir com ele uma redistribuição destas memórias (...) o discurso é mobilizado por duas tradições: a que o funda e a que ele mesmo, pouco a pouco instaura. (MAINGUENEAU, 1993, p. 125).

A questão da memória polêmica remete às homologias de campos sociais definidas por Pierre Bourdieu (1983). Um campo discursivo acaba reproduzindo situações de poder de outros campos discursivos. Assim como nos campos sociais, a polêmica supõe

... um contrato entre o locutor agente e o locutor paciente. A polêmica presume a divisão de um mesmo campo discursivo e das leis que lhe são inerentes por pólos distintos, e que se colocam em posições assimétricas de poder. O tipo de capital presente é um capital lingüístico. Os locutores mudam de registro lingüístico – com tanto maior margem de liberdade quanto mais total for o domínio dos recursos lingüísticos – em função da relação objetiva

entre sua posição e a de seus interlocutores na estrutura da distribuição do capital propriamente lingüístico e, sobretudo, das outras espécies de capital. (BOURDIEU, 1983, p. 173).

Essa lembrança reforça a tese de que a razão de ser de um discurso nunca se encontra no interior do mesmo, nem mesmo na competência lingüística do locutor: ela se situa no lugar a partir do qual ele é socialmente definido, ou seja, nas propriedades inerentes no campo particular que lhe é homólogo. Por exemplo, o discurso do Presidente da República se define não pelas palavras que ele profere, mas pela posição que ocupa e pelo conjunto de outras ações que lhe são associadas.

Outro ponto importante a ressaltar é que é na polêmica que se vislumbra o *silêncio*, tal como mostrei anteriormente. A polêmica tem um potencial constitutivo de sentido (dialogismo constitutivo) muito forte, uma vez que no exercício da polêmica os sentidos das formações discursivas são passíveis de alteração.

Explicadas as questões da polifonia e da intertextualidade, falta discutir como o discurso articula os processos ideológicos e os processos lingüísticos. Em outras palavras, resta discutir o caráter ideológico do discurso.

### **O Caráter Ideológico do Discurso**

A polifonia e a intertextualidade – mesmo que não perceptíveis em um primeiro momento – são características intrínsecas ao discurso e demonstram que, ao incorporar várias vozes e vários textos, o discurso não é uma entidade autônoma, mas sim condicionada por uma malha de vários sentidos. Tal afirmação vai ao encontro do que Edward Lopes chama de “*postulado do caráter oculto do significado*” (LOPES, 1978, p.3).

Segundo o postulado do “caráter oculto do significado”, o sentido é algo que se procura. O discurso não possui um único sentido, mas vários.

Tudo se passa como se, assim como a floresta esconde a árvore, uma pluralidade de sentidos ocultasse um sentido único. Objetos alegóricos, a floresta e o discurso seriam modos de manifestação figurativa de um ‘não saber’ que é eminentemente perturbador (LOPES, 1978, p.3).

O discurso assume, então, um caráter incômodo. O discurso incomoda porque ele é sempre o discurso do “outro” (ou seja, de um virtual oponente). O nosso discurso não produz duplos sentidos para nós mesmos. O discurso do “outro” é enigmático porque o “outro” é enigmático, o que se torna um problema a ser resolvido: na passagem do discurso ao texto conta-se, de forma subjacente, uma narrativa que vai do não-saber ao saber. O caráter enigmático do discurso não significa uma ausência de sentido; pelo contrário, *o discurso é misterioso porque é conotado, ou seja, apresenta múltiplos sentidos, escapando, portanto, do domínio do interlocutor.*

Aliás, procurar o sentido do discurso é uma das formas encontradas pelas pessoas para manifestarem um desejo de dominação ou de contra-domação.

Analisados, um a um, todos os modos de dominação que o homem inventou ao longo dos séculos para relacionar-se com o seu próximo, nenhum é mais eficiente que o da manipulação dos sentidos. Aquele que manipula os sentidos do discurso transforma-se no árbitro todo poderoso da comunidade para a qual define o que venha a ser valor e antivalor; é ele quem assinala os objetivos a serem perseguidos pelo grupo, dita as regras de comportamento que hão de dirigir a ação singular dos indivíduos na tentativa de realização de seus valores, pune e recompensa (LOPES, 1978, p. 4).

Sendo assim, o discurso incorpora textos que dizem respeito a interesses relacionados ao poder. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p.10).

Se o discurso se relaciona expressamente a interesses, está claro que ele está relacionado à ideologia.

### **Sobre a Ideologia**

O ser humano não existe sobre a natureza, mas sobre os campos sociais (e instituições) onde “pratica” a natureza. E essas instituições são fruto de práticas sociais. Tais instituições são legitimadas por universos simbólicos que, por seu turno, se legitimam por mecanismos conceituais, dentre eles, as ideologias.

Todo conhecimento de um indivíduo é um conhecimento da prática em processo que esse indivíduo realiza. Ocorre, porém, que,

o conjunto de concepções de cada indivíduo, enquanto sistema pessoal, exprime somente a prática desse indivíduo. Mas o caráter social da prática, isto é, o fato dessa prática decorrer sobre instituições comuns a múltiplos indivíduos, faz com que nos sistemas particulares de cada um deles existam concepções gerais partilhadas por uma comunidade de indivíduos (...) quando invoco a ideologia como ideologia da prática refiro-me a uma prática cujo único processo direto ocorre na institucionalização social” (BERNARDO, 1978, p.88-90).

O modelo acima parte da suposição de que todas as formações ideológicas são conhecimento de uma prática, concebendo, portanto, uma relação imediata e constante entre a prática e o processo de pensamento. Tal suposição é perfeitamente adequada ao modelo de significação lingüística – semiose – que apresentei anteriormente, já que, de um produto da *práxis* (que agora posso chamar de ação intelectual) do homem cognoscente surgem os processos de pensamento que nos fazem “perceber” a realidade.

Toda ideologia é, portanto, a expressão de uma prática social, sendo anterior a essa. Porém,

a ideologia determinada por uma prática vai constituir o quadro de representações iniciais que a nova prática se irá prosseguir (...) Isto não significa que uma ideologia determinada por uma prática passada seja determinante da prática futura, mas simplesmente que as produções ideológicas não surgem permanentemente do nada e que as formações ideológicas produzidas por um dado momento de prática servirão de matéria prima conceptual às formações ideológicas determinadas por uma nova prática ou pelos estados futuros da mesma prática. (BERNARDO, 1978, p. 94).

A ideologia não é a mera expressão de uma realidade exterior, já que, como mostrei anteriormente, os meios exteriores onde se realizam as práticas sociais são as instituições, que por seu turno, integram e reproduzem a realidade social. A ideologia expressa, portanto, o processo da prática.

Assim sendo, ideologias não estão ‘acima’ ou ‘entre’ pessoas, grupos ou sociedade, mas são partes de seus membros (...) isto não significa que elas são *individuais* ou *somente mentais*. Pelo

contrário, assim como as linguagens, as ideologias são tão sociais quanto são mentais” (VAN DJIK, 1998, p.49).

Também seria errôneo dizer que a ideologia é uma “*falsa consciência da realidade*” como apregoava uma tradição marxista “ortodoxa”, isto implicaria a existência de uma realidade “verdadeira” e imutável, o que não se pode conceber no campo social, uma vez que, conforme discorri antes, a realidade é um produto social. Não se pode falar numa oposição entre verdade e ideologia (MOTTA, 1986).

Não há erro nem falsidade. Cada prática pensa a sua verdade. Expressão imediata da prática, uma concepção é, por isso, sempre adequada, e a problemática do falso e do verdadeiro não tem qualquer sentido. O erro não é mais do que a negação por uma prática das concepções de outra, ou melhor, é a inconsciência dessa negação. Quando digo que uma determinada teoria é errada, quero dizer que ela não exprime a minha prática. (BERNARDO, 1978, p. 201).

Pode-se dizer que existe uma verdade nas ideologias,

contanto que se sublinhe que as ideologias não têm a mesma pertinência, nem mesmo nos diferentes momentos de sua história, e contanto que se defina essa ‘verdade’ em sua particularidade de ‘verdade conflitual’. (ANSART, 1978, p.187).

As diversas ideologias se apresentam como arcabouços teóricos que explicam distintamente a realidade social. “Diferentes grupos sociais terão afinidades diferentes com as teorias em competição e conseqüentemente se tornarão ‘portadoras’ destas últimas” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.162).

As ideologias constituem a fundamentação das crenças sociais partilhadas por um grupo social.

As crenças ideológicas devem ser ambas gerais e abstratas, e também muito relevantes para um grupo. Elas normalmente não lidam com detalhes da vida social cotidiana, mas se aplicam às dimensões fundamentais do grupo e às suas relações com os outros grupos (...) elas devem ser funcionais para o grupo como um todo e refletir as condições de sua existência e sua reprodução. (VAN DJIK, 1998, p.49).

Quando as crenças gerais que governam o funcionamento da sociedade como um todo não são contestadas, fica difícil, *a priori* identificá-las como ideologias, uma vez que não há grupos que contestem tais idéias, ou mesmo proponham uma alternativa para as mesmas. Por outro lado, se algumas crenças tidas como universais são de fato manifestações dos interesses de um grupo específico (por exemplo, crenças sobre os papéis das mulheres e seus direitos até muito recentemente) e são tidas como dadas (*taken for granted*), aceitas tacitamente e de forma incontestada pelos outros grupos, aí sim se pode inferir as diferenças entre os diferentes grupos e seus interesses, o que significa dizer que uma boa parte das idéias gerais que governam o funcionamento da sociedade são de fato crenças pertencentes a um único grupo e que são impostas à sociedade ou à cultura como um todo.

Portanto, dentro de uma cultura totalmente homogênea, nenhum conflito de interesses de quaisquer crenças básicas pode ser concebido ou pensado, mas a partir do momento que

um grupo social que percebe que as idéias básicas não estão de fato representando os interesses de todos, então, um conjunto de idéias básicas comuns será declarado ideológico e atrelado a um grupo dominante específico. Da mesma maneira que as crenças grupais podem se tornar crenças culturais de diversas maneiras (normalmente pelo poder, hegemonia, inculcação e outras) também o contrário pode ser verdade, quando indivíduos formam um grupo que desafia crenças sociais aceitas de forma geral, desenvolve crenças opostas e desenvolvem assim, a sua própria ideologia de resistência. (VAN DIJK, 1998, p.51).

Há aqui, portanto, uma competição entre os grupos sociais e, quando a competição deixa o campo teórico e se materializa na prática, a capacidade de expressão pragmática da teoria só se mostra aplicável aos interesses das forças sociais que se tornaram portadores dela. “Quando uma particular definição da realidade chega a se ligar a um interesse concreto de poder, pode ser chamada de ideologia” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.166).

Sintetizando o que os pensamentos mencionados ao longo da construção do conceito, creio que posso definir ideologia como sendo um conjunto de significados que expressam a prática de um determinado grupo social em um campo social, significados esses relacionados a um interesse concreto de poder (ANSART, 1978, BOURDIEU, 1989; VAN DIJK, 1998, MOTTA, 1986, BERGER; LUCKMANN, 1985).

**Relação discurso e ideologia**

A relação entre discurso e ideologia fica mais próxima quando são analisados os conceitos de formações ideológicas e formações discursivas. Uma formação ideológica pode ser compreendida como o conjunto de representações das práticas institucionais de um grupo social, de suas idéias, revelando a compreensão que cada grupo tem do mundo. Para a análise do discurso, uma vez que não existem idéias fora da linguagem, essa formação ideológica não existe fora da linguagem.

Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva (...) É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage lingüisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação (FIORIN, 1993:32).

Portanto, os discursos são responsáveis pela construção lingüística dos traços ideológicos que moldam os “filtros” através dos quais “enxerga-se” a realidade.

## A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Nas páginas anteriores mostrou-se como os discursos se relacionam a ideologias e, conseqüentemente, às questões da distribuição de poder no mundo social. Portanto, uma análise do discurso não pode se restringir a uma mera descrição dos conteúdos lingüísticos das falas e dos textos escritos dos homens. O que se pretende aqui é desenvolver uma Análise Crítica do Discurso (ACD).

Para Teun Van Kijk (2001), a ACD é um tipo de pesquisa analítica do discurso que primeiramente estuda as maneiras pelas quais o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são produzidas, reproduzidas e resistidas por meio de textos e falas no contexto social e político.

Com tal pesquisa dissidente, a ACD assume posição explícita e até mesmo enseja compreender, expor e, por fim resistir à desigualdade social.

A ACD é uma forma de continuidade de uma tradição nas ciências sociais que rejeita a possibilidade de uma ciência “neutra”. A ciência e, especialmente, os discursos acadêmicos são partes constitutivas e influenciadas pela estrutura social, produzidos e reproduzidos na interação social. “Os objetivos críticos na análise do discurso visam elucidar as naturalizações (que parecem ser não pertencentes a uma ideologia, mas se tornam senso comum), tornar claras as determinações sociais e os efeitos do discurso que estão obscuros”. (FAIRCLOGH, 1995, p. 28).

Segundo Van Dijk (2001), a ACD para se efetivar como uma linha de pesquisa crítica deve satisfazer alguns requisitos para poder alcançar de forma efetiva seus objetivos.

1. Qualquer pesquisa em ACD tem que ser “melhor” que outras pesquisas para poderem ser aceitas. (Entende-se por melhor aqui um tipo de pesquisa que esteja adequada às especificações do “campo científico” e que, desta forma, seja ela própria legitimável por outros que fazem parte da “comunidade científica”).
2. A ACD deve focar primeiramente em problemas sociais e questões políticas, ao invés de paradigmas em modas momentâneas.

3. A ACD é multidisciplinar.
4. Mais do que meramente descrever estruturas discursivas, a ACD deve tentar explicá-las em termos de propriedades da interação social e, especificamente, da estrutura social.

Mais especificamente, a ACD deve focar as maneiras pelas quais os discursos criam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e dominação na sociedade.(Van Dijk, 2001).

A ACD não constitui um tipo de pesquisa específica, uma vez que não possui um único recorte teórico. Dentre os objetivos mencionados anteriormente, há vários tipos de ACD e esses, por sua vez, podem ser bastante diversificados tanto do ponto de vista teórico quanto analítico. Ainda assim, dados a perspectiva comum e os objetivos gerais da ACD, pode-se encontrar de forma global conceitos e teorias que se relacionam melhor. Desta forma, muitos tipos de ACD questionarão as maneiras pelas quais algumas estruturas discursivas específicas são utilizadas na reprodução da dominação social, enquanto outras fazem parte de conversações de noticiários, de outros gêneros e contextos.

Assim sendo, o vocabulário típico de muitos *scholars* em ACD apresentarão certas noções como ‘poder’, ‘dominação’, ‘hegemonia’, ‘ideologia’, ‘classe’, ‘gênero’, ‘raça’, ‘discriminação’, ‘interesses’, ‘reprodução’, ‘instituições’, ‘estrutura social’ ou ‘ordem social’ ao lado de noções analíticas do discurso mais familiares.(VAN DIJK, 2001, p.3).

Não é de se estranhar que a pesquisa em ACD quase sempre fará referência aos principais filósofos e cientistas sociais do nosso tempo ao teorizar algumas noções fundamentais. Desta forma, referências aos principais pensadores da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse) e ao trabalho mais contemporâneo de Habermas serão, obviamente, bastante comuns em ACD. De forma similares, muitos estudos críticos farão referência a Foucault ao lidar com noções como poder, dominação e disciplina, ou mesmo a noção mais filosófica de “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1996). Há ainda a tradição neo-marxista inspirada em Antonio Gramsci (1975) e suas noções de hegemonia, bloco histórico e ideologia. Além disso, muitos estudos sobre a linguagem, cultura e sociedade perpetrados

por Pierre Bourdieu (1972, 1983, 1989) têm se tornado muito influentes, em especial por causa das noções de *habitus* e *campo*.

Outros autores e referências poderiam ser mencionados no presente trabalho. Mas ao invés de trabalhar com cada autor em separado, é melhor mostrar algumas noções básicas que podem nortear a ACD (VAN DIJK, 2001). São elas: *a polaridade macro x micro, poder como controle, acesso e controle do discurso, controle de contexto, controle do texto e da fala, controle da mente, discurso da mídia, discurso e poder*.

### **Polaridade Macro e Micro**

O uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao nível micro da ordem social. Poder, dominação e desigualdade entre grupos sociais são termos que normalmente pertencem ao nível macro de análise. Desta forma, a ACD deve procurar construir pontes que aproximem os níveis macro e micro, que por sua vez, são teoricamente separados eles próprios por uma construção sociológica. Na interação cotidiana os níveis macro e micro são um só, um todo unificado.

Há vários modos de analisar e unificar esses níveis (VAN DIJK, 2001), a saber:

1. Afiliação a grupos sociais: atores enunciam discursos como membros de grupos sociais, organizações ou instituições; por outro lado, desta forma grupos podem atuar por meio de seus membros.
2. Ação-processo: os atos sociais de atores individuais são parte constituinte de ações de grupos e de processos sociais, tais como legislação, “fabricação da notícia” ou a reprodução de ideologias.
3. Contexto-estrutura social: situações de interação discursiva são similarmente partes (ou constituem) da estrutura social; uma conferência de imprensa é uma prática típica das organizações e das instituições de mídia.
4. Cognição pessoal e social: atores sociais possuem tanto cognição pessoal quanto social: memórias, conhecimento e opiniões pessoais, bem como memórias, conhecimento e opiniões partilhadas com membros de um grupo ou de uma cultura

como um todo. Ambos os tipos de cognição influenciam a interação e o discurso de membros individuais, enquanto “representações sociais” (*habitus*) comandam as ações coletivas de um grupo.

Desta forma, a cognição é também a interface crucial entre o individual e o social e, no caso, entre discurso individual e a estrutura social (VAN DIJK, 2000).

Van Dijk discorre que nas teorias clássicas sobre os atos de fala, a adequação é usualmente cognitiva, isto é, as concepções, o que está sub-entendido, o que está por trás, é considerado como premissa e não é estudado. Ele diz que devemos estudar essas premissas, “*os processos cognitivos subjacentes à noção de adequação que se estabelece nos contextos comunicativos*”(VAN DIJK, 2000, pág. 75), em outras palavras qual a distância entre condições e a verdadeira compreensão dos atos.

### **Poder como controle e hegemonia**

Uma noção central na maior parte dos trabalhos sobre o discurso é a noção de poder, mais especificamente de poder social dos grupos e das instituições. (VAN DIJK, 2001).

Grupos têm maior ou menor poder de acordo com a sua possibilidade de controlar os atos e as mentes dos outros grupos (e de seus membros). Essa possibilidade pressupõe uma base de poder calcada no acesso a recursos sociais escassos, aquilo que Bourdieu chama de tipos de capital (1983, 1989), tais como: força, dinheiro, *status*, fama, conhecimento, informação, “cultura” e várias formas de discurso público e comunicação (LUKES, 1974).

Diferentes tipos de poder podem ser identificados de acordo com os vários tipos de recursos que são empregados para o seu exercício. É de se notar, porém, que o poder é raramente absoluto, mesmo o poder de grupos podem controlar mais ou menos outros grupos ou mesmo, apenas controlá-los em situações específicas ou em certos campos sociais. Mais ainda, grupos dominados podem mais ou menos resistir, aceitar, ignorar, corroborar o poder do grupo dominante, ou até mesmo achá-lo natural. É isso que é Gramsci chama de “hegemonia”, ou seja, a forma como os grupos dominantes exercem os seus poderes como “guias” da sociedade, por meio de estratégias não se limitam as forças materiais, mas também às ideologias, à cultura, ao ensino etc. (GRAMSCI, 1975).

Seguindo a linha de Gramsci, a ACD também compreende a hegemonia como liderança, e também como dominação econômica, política e ideológica de uma sociedade. “Hegemonia é o poder sobre uma sociedade como um todo” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 76-7). É importante lembrar que essa “liderança” é constituída por alianças e integrações, por isso ela está em constante conflito de classes e blocos, para manter, substituir e construir alianças de dominação e subordinação que assumem forma econômica, política e ideológica. (FAIRCLOUGH, 1995).

A partir de Gramsci, Fairclough (1995) considera que as ideologias estão ligadas a ação e devem ser julgadas pelos seus efeitos e não por suas assunções de verdade. Por isso a ordem do discurso é a faceta discursiva e ideológica do contraditório e instável equilíbrio hegemônico, assim a prática do discurso é uma parte da luta que colabora com a transformação e reprodução da ordem do discurso existente e também com a relação social de poder.

É de se notar, porém, que o poder nem sempre se manifesta em termos de atos óbvios vindos de membros de grupos dominantes, mas são representados por uma miríade de ações que são relevadas (*taken for granted*) no cotidiano. Da mesma forma, nem todos os membros de um grupo poderoso são mais poderosos do que todos os membros dos grupos dominados. Também não significa dizer que se pode menosprezar outras formas de poder, tais como o poder disciplinar (FOUCAULT, 1987) que se manifesta por meio de disciplinas que se originam em redes que independem de haver grupos dominantes ou dominados. Para os efeitos do presente trabalho, o poder é definido como um poder dos grupos como um todo.

Nesse sentido, uma análise das relações entre poder e discurso precisa de um acesso a formas específicas de discurso, tais como a política, a mídia e a ciência. Para tanto, é preciso compreender como se dá o processo de cognição pessoal e social que influencia a ação, processo que, em teoria, já acompanhamos, quando tratei da questão da dualidade percepção-cognição e de sua relação com o referente lingüístico. Pode-se, então, fazer a

seguinte ilação: uma vez que as mentes das pessoas são tipicamente influenciadas pela práxis, e dado que a práxis envolve ações sociais calcadas no texto e na fala, pode-se dizer que o discurso pode, pelo menos indiretamente, controlar as ações das pessoas – o que se observa nos processos de persuasão e manipulação. “Aqueles grupos que controlam o discurso mais influente também têm mais chances de controlar as mentes e as ações dos outros” (VAN DIJK, 2001, p.5).

O foco da ACD recai sobre o abuso desse tipo de poder dos grupos dominantes – especialmente na relação de dominação –, ou seja, sobre as maneiras pelas quais o controle sobre o discurso é exacerbado para controlar as crenças e ações das pessoas no interesse dos grupos dominantes, contra os melhores interesses ou as vontades dos outros. Sob uma perspectiva habermasiana, abuso pode ser caracterizado como uma violação que agride aos outros (HABERMAS, 1987b, 1996). Em outras palavras, a dominação pode ser considerada como uma forma ilegítima de exercício do poder.

Van Dijk (2001) propõe três questões básicas para compreensão do poder de controle dos grupos dominantes sobre os grupos dominados, em termos da ACD:

1. Como os grupos mais poderosos controlam o discurso público?
2. Como esse discurso controla as mentes e as ações dos grupos menos poderosos, e quais são as conseqüências sociais de tal controle, tais como a desigualdade social?
3. Como os grupos dominados desafiam e resistem discursivamente a esse poder?

### **Formas de acesso e de controle do discurso**

Como já se mostrou anteriormente, o acesso ou o controle do discurso público e da comunicação é uma forma importante de capital simbólico. A maioria das pessoas apenas possui controle ativo sobre as conversações diárias com seus familiares, amigos ou parentes, e um controle passivo sobre outras formas de comunicação, tais como a mídia e seu uso. Em muitas situações, pessoas comuns são mais “alvos” passivos de textos e falas, por exemplo, de seus chefes ou professores, de autoridades (policiais, juízes, burocratas,

governantes etc.) que podem, simplesmente, dizer-lhes sobre o que devem ou não acreditar ou sobre o que ou não devem fazer.

Por outro lado, membros de grupos sociais dominantes (em especial suas elites) têm maior ou menor acesso exclusivo (ou controle) sobre um ou mais tipo de discurso público, dependendo do campo social em que atuam. Assim, cientistas controlam o discurso acadêmico, jornalistas controlam o discurso da mídia, advogados o discurso jurídico e políticos controlam a elaboração de políticas e outros tipos de discurso político. Aqueles que possuem maior controle sobre o maior número de discursos (e suas propriedades distintas) são, por definição, os mais poderosos.

Essas noções de acesso ao discurso e ao seu controle são muito generalistas, e é uma das funções da ACD traduzi-las em termos de forma de poder. Assim uma vez que o discurso pode ser definido em termos de eventos comunicativos complexos, deve-se definir o acesso e o controle ao discurso tanto para o contexto e para as estruturas de texto e fala.

### **Controle de contexto**

Contexto é definido como a estrutura (mentalmente representada) daquelas propriedades, daquela situação social que são relevantes para a produção e o entendimento do discurso (VAN DIJK, 2000).

O contexto consiste de certas categorias como a definição global da situação, tempo e lugar, ações de continuidade (incluindo discursos e gêneros discursivos), participantes em vários papéis comunicativos, sociais ou institucionais, bem como suas representações mentais.

O controle do contexto envolve o controle sobre uma ou mais destas categorias. Por exemplo, a determinação do que é uma situação comunicativa, a decisão da hora e do local de um evento comunicativo, ou a determinação de quais participantes podem ou devem estar presentes, exercendo quais papéis, que tipo de conhecimento eles podem ou não possuir e quais são as ações sociais que podem ou devem acompanhar o discurso. A ACD deve especificamente focar sobre as formas de controle de contexto que atuam da melhor

maneira para representar e reproduzir os interesses do grupo dominante no campo social em questão.

Primeiramente deve-se lembrar que a noção de contexto é uma abstração teórica e cognitiva, e deriva de uma situação físico-biológica, também temos que lembrar que inúmeras características da situação são irrelevantes para a compreensão da força ilocucionária dos atos de fala.

Uma teoria cognitiva tem além de regras e conceitos, estratégias e esquemas, recursos para uma compreensão rápida e funcional de informações, eles permitem suposições sobre possíveis significados, por exemplo, se alguém vem andando pela rua em sua direção, ela provavelmente pedirá alguma informação ou pedido e não lhe contar a história de sua vida.

O contexto inicial não é caracterizado pelos eventos precedentes ao ato de fala, mas por informações precedentes acumuladas anteriormente. Mas como não podem ser guardados e recuperados todos os detalhes de interações passadas, guardam-se só os que se acham relevantes para o futuro.

O contexto inicial em relação à interpretação de um ato de fala contém três tipos de informações: informações semânticas gerais (memória, *frames*); informações de estados finais, derivadas de eventos/atos imediatamente precedentes; (macro) informação global sobre todas as estruturas/processos interativos prévios.(VAN DIJK, 2000, p. 82)

Depois destas observações, podemos considerar que os contextos são estruturados e mais, são hierarquizados, o que é definido em termos de estruturas sociais, atos de fala fazem parte de interações sociais. É a estrutura hierárquica da sociedade que permite realizar esta classificação

Por isso para determinar se um ato de fala é ou não apropriado, deve-se ter em mente o contexto social que ele está inserido. É o conhecimento de mundo contextual.

A estrutura relevante, que deve ser levada em consideração é a mentalmente representada, o que conta realmente em uma comunicação real nem é tanto a situação e, si, mas a interpretação/compreensão que os participantes fazem (VAN DIJK, 2000).

Não se pode esquecer que são socialmente irrelevantes todas as propriedades que não condicionem de alguma forma a interação dos membros sociais, o que penso é irrelevante a menos que eu demonstre meu pensamento através do meu comportamento, e é assim com atos que ocorrem durante ação, como coçar a orelha, se isso não tiver um significado semiótico, é irrelevante.

Assim a análise de contexto social começa no nível mais geral, segundo as categorias: Privado; Público; Institucional/Formal; Informal. Estes diferentes contextos sociais são definidos em categorias: posições (p. ex.: papéis, status, etc.); propriedades (sexo, idade); relações (dominação, autoridade); funções (pai, garçoneiro, juiz) (VAN DIJK, 2000, p. 83).

As propriedades dos contextos sociais e seus membros definem as possíveis ações dos mesmos. Os contextos sociais podem ser organizados por uma estrutura de *frames* sociais. Nestes *frames* os membros desempenham funções, propriedades e relações, estes *frames* que regulam quais ações podem ser realizadas.

Para analisar o contexto deve-se considerar: “seu tipo específico, o frame do contexto posto em relevância, as propriedades/relações das posições sociais, as funções e os membros envolvidos”.(VAN DIJK, 2000, p. 84)

O contexto não é estático, ele muda no desenvolvimento da interação. A condição mais geral é que os atos antecedentes estabelecem o contexto subsequente. A seqüência de atos geralmente condiciona, tornando uma fala plausível, provável e até mesmo necessária. As seqüências de atos devem ser analisadas globalmente. “As macroregras especificam como uma seqüência de atos de fala está relacionada com a sua representação global em termos de macroatos de fala”.(VAN DIJK, 2000, p. 94)

### **O controle do texto e da fala**

O controle sobre as estruturas do texto e fala é fundamental para o exercício e para a representação do poder de um grupo. Ao relacionar texto e contexto pode-se ver claramente que os membros dos grupos poderosos podem decidir sobre quais tipos de discurso ou atos de fala são mais apropriados para cada ocasião.

Certos gêneros de discurso possuem um esquema convencional, que se pode organizar em categorias. Em uma sala de aula, por exemplo, o professor tem o controle sobre o que deve ser falado ou não, bem como o tipo de linguagem que deve ser empregado.

Portanto, é vital, para que se compreendam todos os discursos, saber quem controla os tópicos – aqui entendidos como macro-estruturas semânticas – que devem ser abordados e quando devem ser mudados. Assim como em outras formas de controle de discurso, tais decisões devem ser negociadas entre os participantes e, dependendo do contexto, isto se refere a como os participantes interpretam a situação comunicativa.

Virtualmente todos os níveis de estruturas de contexto, texto e fala podem, em princípio, ser mais ou menos controlados por enunciadores poderosos, e esse poder pode ser abusado em detrimento dos outros participantes. Deve ser, porém ressaltado que fala e texto nem sempre representam ou incorporam as relações globais de poder entre os grupos: é sempre o contexto que pode interferir, reforçar ou de outra maneira transformar tais relações. (VAN DIJK, 2001).

### **Controle da mente**

Se o controle do discurso é a primeira grande forma de poder, o controle das mentes das pessoas é outra maneira fundamental de reprodução da dominação e da hegemonia. No contexto da ACD, controle da mente envolve mais que uma mera introjeção de crenças sobre o mundo por meio do discurso e da comunicação. Segundo Van Dijk (2001), os elementos de poder e de dominação surgem de várias maneiras, tais como:

1. A menos que sejam inconsistentes com suas crenças e experiências pessoais, os receptores tendem a aceitar crenças por meio do discurso proferido por fontes percebidas como confiáveis, críveis e autorizadas, tais como acadêmicos, peritos,

profissionais ou pela “mídia confiável”. Neste sentido, um discurso poderoso é definido contextualmente em termos do poder percebido destas fontes.

2. Em algumas ocasiões os participantes são obrigados a serem recipientes do discurso, tais como em situações de aprendizagem e de trabalho.
3. Em muitas situações não existem outros discursos públicos ou mídia que pode fornecer informação por meio da qual crenças alternativas possam ser geradas.
4. Receptores podem não ter o conhecimento ou as crenças necessárias para desafiar os discursos ou as informações aos quais estão expostos.

Esses quatro pontos sugerem que o controle discursivo mental é uma forma de poder e dominação se esse poder se exerce de acordo com os interesses dos grupos dominantes e se os receptores não possuem alternativas para rebater esses discursos.

Pela perspectiva de Habermas (1987, 1996), se a liberdade é definida como ter oportunidade para pensar e fazer o que qualquer um quer, então essa carência de alternativas é, por definição, uma limitação da liberdade dos receptores.

Onde essas condições de controle mental são amplamente *contextuais* (...), outras condições são discursivas, ou seja, uma função das estruturas e estratégias de texto e fala por elas próprias. Em outras palavras, dado um contexto específico, certos significados e formas de discurso têm maior influência sobre a mente das pessoas que outras.. (VAN DIJK, 2001, p. 8)

### **Discurso da mídia**

O inegável poder da mídia tem inspirado muitos estudos críticos em muitas disciplinas, não menos do que no próprio campo da comunicação de massa (MICELI, 1973; CHOMSKY e HERMAN, 1989), por exemplo. O que causa mais espanto é que na maior parte dos casos os estudos de mídia não têm focado diretamente as estruturas do discurso. Isto porque, muitos dos estudos críticos sobre a mídia levam em consideração a lingüística, a semiótica e a análise do discurso (VAN DIJK, 2001).

Normalmente as análises não vão além de “leituras” de notícias ou de estórias relevantes, mas subteorizadas de casos em que a mídia efetivamente cometeu distorções (LEE e

SOLOMON, 1990). Estudos desenvolvidos dessa forma – e mesmo utilizando métodos (normalmente de análise quantitativa de conteúdo) consagrados nas ciências sociais – carecem de análise detalhada das próprias histórias reais mostradas pelas notícias.

Essa situação anteriormente descrita é de espantar, uma vez que há algum tempo, desde que McLuhan desenvolveu seu clássico estudo sobre os meios de comunicação de massa como extensões dos sentidos humanos (MCLUHAN, 1973) é possível estabelecer conexões sobre a natureza dos meios de comunicação e a possibilidade de, ao controlá-los, grupos dominantes (ou seus membros mais proeminentes) podem exercer controle sobre os mecanismos de percepção dos seres humanos e, conseqüentemente, sobre a construção dos seus mecanismos de cognição.

De qualquer forma, estudos sobre a mídia podem prover uma riqueza de elementos para a ACD. Para tanto, muitas fronteiras entre os estudos de mídia e a lingüística, a semiótica e a análise do discurso precisam ser ultrapassadas, para que se possa dar mais atenção para as sutilezas dos “textos” que são transmitidos pela mídia. Um dos pontos mais interessantes para analisar o discurso da mídia é levantar, por exemplo, a freqüência com que ocorre determinado assunto, quem são as pessoas mais freqüentemente citadas etc.

### **Discurso e poder**

As relações entre poder e discurso devem levar em consideração não apenas as maneiras pelas quais o discurso cria afirmações e interdições para o comportamento das pessoas, mas sobre a maneira pela qual as estruturas discursivas influenciam diretamente a cognição, por exemplo, por meio da persuasão, e suas conseqüências: “como as pessoas fazem as coisas pelo uso da linguagem” (VAN DIJK, 2001, p. 20).

Dessa maneira, deve-se prestar atenção como as pessoas (ou os grupos) demonstram seu poder por meio do uso de um grande número de características estilísticas e assim demonstram um “estilo poderoso”. Além disso, os usos de um léxico diversificado, da eloqüência ou da intensidade da fala, podem estar envolvidos em demonstrações de poder, tais como a mudança de tópicos de conversação ou o uso da mitigação de palavras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Espera-se que este trabalho possa ajudar àqueles pesquisadores que pretendem desenvolver estudos no campo das organizações a partir de uma abordagem analítica crítica do discurso.

Neste trabalho não se procurou simplesmente esgotar as possibilidades de Análise Crítica do Discurso. Pelo contrário, há muitas outras variantes que ainda poderiam ser exploradas, mas que aqui não o foram por falta de espaço.

O que se procurou explorar neste trabalho foi a contribuição da Lingüística para a Análise Crítica do Discurso, a partir da construção de um quadro de referências que integra os conceitos mais importantes para dar ensejo às diversas possibilidades de pesquisa.

**BIBLIOGRAFIA**

ADORNO, Theodor; HORKEIMMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1978.

ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago : The University of Chicago Press. 1958.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro : Forense. 1981.

BARROS, Diana. L. P. *Teoria do Discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual. 1988.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix. 1971.

Benschop, Y. and Doorewaard, H. (1998) 'Covered by Equality. The Gender Subtext of Organizations' , *Organization Studies* 19(5): 787–804

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes. 1985.

BERNARDO, João. *Dialéctica da Prática e da Ideologia*. São Paulo: Cortez. 1991.

BERNARDO, João. *Marx Crítico de Marx*. Porto: Afrontamento, 1978.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou A Fabricação da Realidade*. São Paulo: Cultrix. 1990.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de Comunicação Escrita*. São Paulo: Ática, 1991.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1999, 137 pp.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Lingüísticas. In: Ortiz, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática. 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une theorie de la pratique precede de trois etudes d'ethnologie kabyle*. Geneve: Droz. 1972

- BRANDÃO, Helena. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP. 1994.
- CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward. *Manufacturing Consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books, 1989.
- CLARK, John. *Democratising development: the role of voluntary organisations*. London: Earthscan, 1991.
- COELHO NETTO, José T. *Semiótica, Informação e Comunicação*. São Paulo: Perspectiva. 1980.
- COUPLAND, C. Accounting for Change: A Discourse Analysis of Graduate Trainees' Talk of Adjustment. *Journal of Management Studies*, 2001, V.38 N.8, 2001, pp.1103-1120.
- DICK, P.; CASSELL, C. Barriers to Managing Diversity in a UK Constabulary: The Role of Discourse. *Journal of Management Studies*, V.39 N.7, Nov2002, pp. 953-77.
- DOMINGUES, José. *Teorias Sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- DOOLIN, Bill. Narratives of Change: Discourse, Technology and Organization. *Organization* V.10 n.4, Nov/2003, p751-71.
- DUBOIS, J. *et alli*. (1995). *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes Editores. 1987.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis*. London. Sage Pub. 1995.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática. 1993.
- FIORIN, José Luiz. Polifonia Textual e Discursiva. In: Barros, D.L.P. e Fiorin, J.L. *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP. 1994.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber* Petrópolis: Vozes. 1972.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes. 1987.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola. 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1989.
- GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: iutline of a theory of structuration*. Berkeley: University of California Press. 1984.
- GOFFMAN, Erwing. *A representação do eu no cotidiano*. Petrópolis: Vozes. 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio: Civilização Brasileira. . 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers. 1975.

GRUMBACH, J. S. Para uma tipologia dos discursos. In: KRISTEVA, Julia *et alli*. *Língua, Discurso, Sociedade*. São Paulo: Global. 1983.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre: L&PM. 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Between Facts and Norms*. Cambridge: Polity Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Porto: Afrontamento. 1977.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Acción Comunicativa - Vol 1*. Madri: Taurus. 1987a.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Acción Comunicativa - Vol 2*. Madri: Taurus. 1987b.

HOPKINSON, Gillian C. Stories from the Front-line: How they Construct the Organization. *Journal of Management Studies*, V. 40 N.8, Dec/2003, Pp.1943-70

HORKHEIMER, Max. *Critique of Instrumental Reason*. New York: Continuum Book. 1994.

LANGLEY, Ann. Legitimacy in Public Administration: A Discourse Analysis. *Administrative Science Quarterly*, V. 45 n. 1, Mar/2000, pp. 177-81.

LOPES, Edward. *Discurso, Texto e Significação*. São Paulo: Cultrix. 1978.

LUKES, Steven. *Power: a radical view*. London: Macmillan Press. 1974.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP. 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MCHOUL, A.W.; CLEGG, Stewart R. Language and Institutional Realty: Reply and Response. *Organization*. Vol. 8 Issue 4, 1987, pp. 363-75.

MCLELLAN, D. *Ideology*. Milton Keynes: Open University Press. 1989.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação de massa como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix. 1973.

MICELI, Sérgio. *A Noite da madrinha*. São Paulo: Perspectiva. 1973.

MOTTA, Fernando C. Prestes. As empresas e a transmissão da ideologia. In: *Revista de Administração de Empresas* V.32 N° 5, Nov/Dez, 1992.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *Teoria Geral da Administração: uma introdução*. São Paulo: Pioneira, 1991.

MOTTA, Fernando. C. Prestes. *Organização e Poder: Empresa, Estado e Escola*. São Paulo: Atlas. 1986.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP. 1993.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes. 1999.

ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática. 1983.

OSWICK, Cliff; KEENOY, Tom; GRANT, David. Managerial discourses: Words speak louder than actions? *Journal of Applied Management Studies*. V. 6 N. 1; Jun/1997. pp. 5-13.

PEIRCE, Charles. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva. 1990.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: FGV. 2000

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix. 1974

SCHAFF, Adam. *Langage et Conaissance*. Paris: Anthropos. 1974.

THOMAS, Pete. The Recontextualization of Management: A Discourse-based Approach to Analysing the Development of Management Thinking. *Journal of Management Studies*, V. 40 N. 4, Jun2003, pp. 775-802.

VAN DIJK, Teun. Critical Discourse Analysis. In SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E.(Eds.), *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001

VAN DIJK, Teun. *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage. 1998.

VAN DIJK, Teun. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto. 2000.

WACQUANT, Loïc. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press. Polity Press. 1992

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Mexicano. 1964.